

Atuação e formação do profissional de Enfermagem no Ceará de 1865 a 1943: o que dizem as matérias jornalísticas

Silvia Maria Nobrega-Therrien
Maria Irismar de Almeida
Roberlandia Evangelista Lopes Ávila
Elane da Silva Barbosa
Carolina Nobrega Saboia Luz
Adriana Nobrega da Silva

Resumo

Existem lacunas sobre a atuação e a formação da enfermeira na realidade cearense, o que torna frágil o conhecimento histórico acerca dessa categoria profissional. Objetiva-se, assim, reconstituir as raízes da atuação e formação em Enfermagem no Ceará, no período de 1865 a 1943, com vistas a contribuir com os conhecimentos no campo de formação, ensino e história dessa profissão. Trata-se de estudo histórico do tipo documental, tendo como campo empírico o estado do Ceará. Como fonte documental, reporta-se para as matérias jornalísticas. Pode-se identificar que o profissional de Enfermagem se destaca a partir da criação dos hospitais e a formação desse trabalhador, que ocorria apenas a partir da observação de como se dava assistência hospitalar, se modifica com as exigências do mercado. Isso porque, à medida que esse trabalhador da saúde foi-se tornando mais necessário, houve a preocupação em ofertar cursos de formação, inclusive no próprio estado, a fim de valorizar o próprio contexto cearense e, por conseguinte, suas demandas. Constata-se, portanto, que as matérias jornalísticas se configuram como estratégia para reconstituir a história da Enfermagem, em relação à profissão e formação, trazendo, assim, à tona outras percepções, ainda pouco exploradas, acerca do tema em estudo.

Palavras-chave: Ensino de Enfermagem; Percurso histórico; Ceará.

Abstract

There are gaps in the role and training of nurses in Ceará, which makes historical knowledge about this professional category fragile. Thus, the objective is to reconstitute the roots of Nursing activities and training in Ceará, from 1865 to 1943, with a view to contributing to knowledge in the field of training, teaching and history of this profession. This is a documentary-type historical study, having the state of Ceará as an empirical field. As a documentary source, it reports to journalistic articles. It can be identified that the Nursing professional stands out after the creation of hospitals and the training of this worker, which occurred only from the observation of how hospital care was provided, changes with the demands of the market. This is because, as this health worker became more necessary, there was a concern to offer training courses, including in the state itself, in order to value the Ceará context itself and, consequently, its demands. It appears, therefore, that journalistic articles are configured as a strategy to reconstruct the history of Nursing, in relation to the profession and training, thus bringing to light other perceptions, still little explored, about the topic under study.

Keywords: Nursing Teaching; Historical route; Ceará.

Introdução

A proposta em pauta tem por finalidade principal ampliar o campo teórico e empírico, a saber, documental, de estudos sobre a atuação e a formação da enfermeira na realidade cearense. Desta feita,

reporta-se para um período da Enfermagem cearense ainda pouco investigado^{1,2}, contemplando os anos de 1865 a 1943. O ano de 1865 determina a chegada das irmãs de Caridade vindas da França para inicialmente se dedicar ao ensino no Colégio das Órfãs, posteriormente denominado de Colégio da Imaculada Conceição-CIC, assim como para assistência à saúde na Santa Casa de Misericórdia do Ceará. O ano de 1943, por sua vez, configura a data de criação, por esta Congregação, da primeira Escola de Enfermagem no Ceará, a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo - EESVP³.

Faz-se interessante destacar que, ao chegar à cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, as Filhas de Caridade ingressaram, portanto, primeiramente no campo do ensino e cinco anos depois, no cuidado em saúde, na Santa Casa da Misericórdia. Na assistência à saúde, essa Congregação se dedicou aos pobres, sujeitos com transtornos mentais, doentes, leprosos, tuberculosos, desvalidos, indigentes e imigrantes, na Santa Casa de Misericórdia do Ceará (1870) e no Asilo de Alienados (1886), primeiros hospitais e casas de Saúde da cidade, fundadas ainda em tempos de Império (1822-1889)^{3,4}. Assumiram, então, dois campos de ação - educação e saúde - que juntos deram o “Norte” ao posterior ensino institucionalizado da Enfermagem no Ceará.

Anteriormente a esta formação, ocorria apenas em outros estados da federação, tais como em São Paulo e no Rio de Janeiro. Inclusive o Ceará foi o primeiro estado da região Nordeste e o terceiro do Brasil a criar uma Escola de Enfermagem⁵. Essa instituição formativa congrega, portanto, uma rica trajetória no campo de formação profissional da Enfermeira, tendo finalizado sua existência enquanto Escola no ano de 1976 quando é agregada a outros cursos para fundar a Universidade Estadual do Ceará, onde se encontra atualmente (2023) completando 80 anos de prática de seu ensino no Estado.

É preciso ressaltar que a Enfermagem se constitui em atividade que sempre foi desenvolvida no mundo sob a égide do cuidado. Na realidade cearense, sua presença não foi diferente, seja no tempo de Brasil Colônia (1500-1822), de Império (1822-1889), de República Velha (1890-1930) e até quase o final da Era Vargas (1930-1945), com pessoas que se denominavam de “enfermeiras e enfermeiros”, prestando seus serviços à comunidade¹⁻³. O que passou despercebido foi o conhecimento sobre essa atividade, sobre como esses “enfermeiras e enfermeiros” eram formados/treinados para prestarem essa assistência.

Nesse contexto, ao se partir da perspectiva de que a primeira Escola de Enfermagem cearense só surge em 1943, enquanto a chegada das Irmãs de caridade ao Ceará ocorreu em 1865, com práticas de

¹ Crisóstomo, Sun-Eby S.G. *História da formação profissional da enfermeira no Brasil e no Ceará: o estado da arte*.

² Nóbrega-Therrien, Sílvia M., Maria I. Almeida, & Marcelo G. C. Silva. *Enfermagem no Ceará: fatos, reflexões e propostas para preservação da história e memória da profissão*.

³ Nóbrega-Therrien, Sílvia M., Maria I. Almeida, Maria Emanoela T. B. Mendes, & Roberlandia E. Lopes. *Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo: Ceará: história e memória de uma proposta ousada, 1865-1943*.

ensino e de assistência em 1870, pouco se conseguiu levantar-se ou conhecer sobre esse período³. Dito de outra forma, há uma lacuna no campo de conhecimento sobre o ensino de Enfermagem no período que vai de 1865 a 1943, carecendo sobre a identificação do que antecedeu à criação da EESVP. Lacuna esta que instiga a buscar respostas para a reconstituição destas raízes, sobretudo acerca do ensino destes profissionais que de certa forma sempre existiram no Ceará, mesmo que ainda não houvesse, formalmente, a instituição desse processo formativo.

Faz-se pertinente destacar que o presente artigo se trata de recorte da pesquisa intitulada *Ensino de Enfermagem no Ceará: reconstituição e análise de suas raízes no período de 1865 a 1943* realizada no período de 2018-2021, sob o processo número 304458/2018-0, com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a qual, por sua vez, dá continuidade a estudos anteriores intitulados: *Formação da Enfermeira no Estado do Ceará: reconstituição e análise de sua trajetória de ensino - 1943-2013*, aprovado pelo Edital CNPq/Processo 307598/2015-2; e ainda, *Reconstituição e Preservação da memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Núcleo de documentação*, aprovado tanto pelo Edital Universal do MTC/CNPq 14/2011 quanto pela Fundação Cearense de Pesquisa-FUNCAP por meio do Processo AP2-0069-00229.01.01/12.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo reconstituir as raízes da atuação e da formação em Enfermagem no Ceará, no período de 1865 a 1943, com vistas a contribuir com os conhecimentos no campo de formação, ensino e história dessa profissão.

Metodologia

Optou-se pela História Cultural (HC) como referencial teórico-metodológico para desenvolver a investigação proposta. Constitui-se, portanto, estudo de caráter essencialmente histórico, tendo como campo empírico o estado do Ceará, principalmente a cidade de Fortaleza, *lócus* da primeira Escola de Enfermagem do Nordeste (1943) e da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza-CE. As referidas instituições se constituíram porto de chegada das primeiras irmãs de Caridade no ano de 1865 para iniciarem a educação e a assistência nessa Província, ambas relacionadas à formação das enfermeiras e enfermeiros cearense, data que remete a delimitação deste campo/período de investigação (1865-1943).

Por História Cultural, pode-se compreender que longe de ser prática nova, já era realizada na Alemanha, com essa denominação, há mais de 200 anos. Inclusive estudos embasados na HC, no âmbito internacional, tem-se como destaque o historiador Peter Burke, autor no qual se pode encontrar os fundamentos de uma importante discussão sobre a HC⁶.

⁴ Osorio, Ivanilda B. *Memórias de uma enfermeira*.

⁵ Nóbrega-Therrien, Sílvia M., Maria I. Almeida, & Elane da S. Barbosa. *Ensino de Enfermagem no Ceará: registros e reflexões sobre os primeiros cursos*.

No entanto, como a nomenclatura de “nova história cultural (NHC)”, a qual passou a ser corrente entre os historiadores, no final da década de 1980, trouxe em seu bojo um novo “paradigma”. Mais bem compreendida, de acordo com Burke, se analisados os trabalhos de: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel

Assim, ainda a partir de Burke⁶, foi possível compreender que a HC teve impulso dentro da vertente neomarxista inglesa e da história francesa dos *ACearáales*, fato reforçado por Pesavento, ao ponderar que, ainda que os seus integrantes marxistas se mantivessem fiéis aos ideais do Marxismo, assim como o mesmo ocorria com os representantes da Nova História, pode-se identificar que alguns aspectos eram comuns, tais como a preocupação com a cultura⁷.

Entretanto, foi por meio de Sandra Jatahy Pesavento, interlocutora brasileira da HC, há pouco assinalada, que mais se compreenderam as mudanças epistemológicas dessa corrente historiográfica, em especial, através da sua obra “História e História Cultural”, de 2005. E é na esteira de Pesavento que se define a HC não como uma mera forma de se fazer uma História do Pensamento. Configura-se, então, como o estudo da cultura, enquanto forma de expressar e traduzir a realidade, a qual se constitui de modo simbólico, sendo que as ações dos sujeitos, como atores sociais, se demonstra de forma codificada⁷. Interessante afirmar, ainda, que a questão epistemológica da história cultural estaria centrada no conceito de cultura como objeto de investigação, no estudo das representações sociais, das práticas culturais e do processo de apropriação^{6,7}.

Diante as escolhas e orientações referidas acima acerca da HC, fez-se a decisão de especificá-la, ou melhor, focar a lente da pesquisa no relacionamento da HC com as fontes e seu tratamento. E, desse modo, prioriza-se, metodologicamente, a pesquisa documental histórica⁴ para o desenvolvimento da investigação proposta que objetiva reconstituir e analisar as raízes do ensino pré-profissional da Enfermagem cearense no período de 1865-1943.

A noção de documentos é ampliada pela HC, reconhecendo-os como qualquer indício ou produção humana de uma época. Isso faz com que a noção prescritiva da história tradicional, ou seja, com que o reconhecimento de documentos apenas ditos oficiais seja ultrapassado, assim como seja aceito o plano da documentação não oficial, entre elas a imagem⁷.

Como o documento não é inerte, igualmente não é obra do acaso, pois sua existência, nos mais variados espaços de guarda, depende da ação do homem, sendo manipulado entre as diversas gerações⁸.

⁶ Burke, Peter. *O que é história cultural?*

Foucault e Pierre Bordieu, estudiosos que trouxeram contribuições significativas a esse campo do saber histórico⁶.

⁷ Pesavento. Sandra J. *História e história cultural*.

⁸ Foucault, Michael. *O sujeito e o poder*.

Nesse entendimento, para Le Goff (1996, p. 547)⁹, o documento é “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a viver”. Logo, uma das habilidades do historiador “consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não lhes acrescentar nada do que eles não contêm” (LE GOFF, 1996, p. 536)⁹.

Especificamente, como fonte documental, nesta investigação, reporta-se para as matérias jornalísticas publicadas, no período de 1865 a 1943, que, como mencionado no início desta sessão, com as devidas motivações, trata-se do recorte temporal deste estudo.

Alicerça-se este estudo, portanto, na abordagem na teoria da HC, ancorada e postulada por Roger Chartier, que prioriza a análise documental para se compreender os processos envolvidos na construção dos sentidos e significados da realidade, a partir da produção, circulação e recepção dos textos impressos¹⁰.

Estes foram os *lócus* nos quais se teve acesso aos jornais: a Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel, o Seminário Arquidiocesano de Fortaleza, conhecido popularmente como Seminário da Prainha, a Biblioteca da Arquidiocese de Fortaleza Padre Luiz Uchoa, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, a Fundação Waldemar Alcântara, a Casa Provincial das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, a Associação São Vicente de Paulo, o Colégio Imaculada Conceição fundado pelas Irmãs de Caridade (provedoras da primeira Escola de Enfermagem no Estado) e o Arquivo Público do estado do Ceará. Além desses espaços, constam também a Universidade Federal do Ceará - UFC e a Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Na busca em jornais cearenses pela existência da enfermeira e do enfermeiro práticos em suas atividades no estado e em suas necessidades de formação para desenvolvê-las foram identificados um total de 166 registros publicados em 21 jornais, que veicularam matérias desde o ano de 1848, marco do início desta pesquisa, no Brasil Império, até o ano de 1943, já em tempos de República Velha e Era Vargas, data de finalização desta investigação.

Os dados foram coletados com base em roteiro previamente elaborado e a sua análise seguiu dois critérios: os *procedimentos internos* que intentam perceber o que está escrito (o primeiro referente às ideias principais e secundárias) e o como está escrito (quais procedimentos e gênero da escrita, e quais os encadeamentos discursivos); e, por fim, a *materialidade do documento*, analisando o tipo, as dimensões, o peso e as condições de funcionamento do suporte em que o documento se apresenta¹¹.

Sobre o *corpus* documental, Cléria Costa (2006, p. 16) diz que as fontes são intercomplementares, uma vez que “os procedimentos metodológicos que orientam as pesquisas que trabalham com o corpus oral pouco diferem dos 102 procedimentos usados no corpus escrito”. Entende-se, por isso, que ambos, com as devidas singularidades, se ancoram nos procedimentos da pesquisa histórica¹².

Para o processo de análise do dados, após a coleta das notícias nos jornais - conforme mencionado anteriormente - foram sistematizadas e, posteriormente, estabeleceu-se um diálogo com teóricos e autores que tratam acerca da temática deste estudo, possibilitando, assim, contextualizá-las e entender a sua contribuição para a reconstituição da história da formação da Enfermagem cearense.

Resultados

Os 166 registros publicados em 21 jornais divulgaram matérias relacionadas a expedientes do Governo da Província, relatórios sanitários e da Santa Casa de Fortaleza, Ordem do Dia, pagamentos dos vencimentos, contratos, dispensa, denúncias, correspondência, homenagens, agradecimentos, votos de gratidão, abandono de serviço, anúncios e a pedido – matérias nas quais foram encontradas a figura do enfermeiro e da enfermeira.

Logo, o tipo de informação que pode ser extraída dos documentos varia, desde a menção de datas em que ocorreram determinados fatos, à descrição de acontecimentos ou até mesmo reflexões do sujeito sobre determinada situação¹³.

Nos registros jornalísticos, percebeu-se que, no decorrer do Império, no século XIX, vão sendo postos em funcionamento na Província e, posteriormente, no estado como um todo, de forma voluntária, diversos espaços permanentes e ou emergenciais de cuidado em saúde, como: os lazaretos, as comissões sanitárias e obras públicas, as comissões de socorro, os distritos de saúde, enfermaria militar do quartel, dispensários, hospital da caridade depois Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, asilo de alienados, Inspetoria de Higiene, hospedaria da Imigração, enfermaria dos abarracamentos de indigentes, ambulatórios e consultórios para atendimento de trabalhadores de ramos específicos de atividades, sociedades beneficentes, posto municipal e assistência municipal.

Estes serviços de saúde, sobretudo, os de natureza pública em tempos de Império, República Velha e Era Vargas, surgem com o crescimento das demandas de saúde, em sua maioria movida pelas secas e os agravos que produziam endemias e epidemias na população cearense como os lazaretos, o de Jacarecanga, iniciado em 1819 e concluído em 1820, e o da Lagoa Funda em 1855 -1956, ambos no território que correspondia, naquela época, ao município de Fortaleza.

⁵As denominações encontradas para os práticos que exerciam as atividades de Enfermagem em

¹² Costa, Cléria B. da. *Escola: espaço de memórias*.

⁹ Le Goff, Jacques. *História e memória*

¹⁰ Chartier, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*.

¹¹ Luchese, Terciane A., & Luciane S. Grazziotin. *Memórias de docentes leigas que atuaram no ensino rural da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul (1930 - 1950)*.

¹³ Bogdan, Robert, & Sara Biklen. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*.

tempos de Colônia, Império e República Velha nos locais acima assinalados, foram as de enfermeiro-mor, enfermeiro militar, de enfermeiro e enfermeira, e de ajudante destes dois últimos.

A grande maioria dos contratos para o exercício das atividades práticas dos enfermeiros, enfermeiras e seus ajudantes, até meados do Império, eram em sua maioria de caráter temporário e estavam relacionadas à instalação dos lazaretos, das Comissões Sanitárias e de Socorro criadas pelo Governo da Província, para atendimento às vilas e aos povoados quando do surgimento de endemias, epidemias, como as da febre amarela, da cólera, da varíola, bem como no combate, mais tardiamente, à tuberculose, à lepra e ou para o atendimento nas enfermarias dos abarracamentos de imigrantes, por exemplo, das cinco secas que aconteceram no Estado se contarmos somente de 1877 até o ano de 1932, e até quanto essas durassem.

No que tange às atividades exercidas pelo enfermeiro e pela enfermeira prática no período pesquisado, incluíam: curativos dos mais diversos tipos conforme a epidemia, doenças e acidentes sofridos ou ocorridos à população na província, vilas, povoados e cidades; aplicações de injeções e/ou medicamentos e dietas e, o que mais fosse pertinente ao tratamento dos doentes, indigentes, pobres e desvalidos e também a pessoas que recorriam às farmácias, residência ou ao posto de atendimento particular do próprio enfermeiro para este fim – aplicação de medicamentos prescritos pelo médico, bem como o asseio dos doentes e das enfermarias se o atendimento nelas ocorresse.

No Expediente da Diretoria do Lazareto da Lagoa Funda em 1892, há registros de outra função exercida pelo enfermeiro, no caso, em cargo de administrador, ou seja, designado como enfermeiro-administrador, ou enfermeiro-mor.

Enfermeiros lotados nos distritos de saúde da Província do Governo eram em época de endemias e epidemias deslocados para compor as comissões de socorro e recebiam por esses serviços prestados além de seus vencimentos, gratificações, que eram pagas pelo erário público. Na necessidade de mais pessoal, outros enfermeiros eram contratados. Os distritos de saúde na capital da Província eram em número de cinco, mas em tempos de secas chegavam a 12, dependendo da quantidade de abarracamentos criados.

Com a edificação do lazareto de Jacarecanga ainda em 1820 em tempos da capitania do Ceará-Colônia, foi criada nesse Hospital uma enfermaria com recursos gerais da Província e pagos um médico e ajudantes-enfermeiros para o tratamento dos pobres acometidos pela varíola, que grassava naqueles tempos.

Em 1838, é contratado pelo Governo da Província do Ceará o primeiro médico formado (anteriormente era chamado de cirurgião), cujas atividades juntamente com outras autoridades locais se

voltavam, sobretudo, para a identificação e avaliação de lugares e atitudes consideradas insalubres, assim como verificação das condições das lagoas, riachos e córregos, do abastecimento d'água bem como para a necessidade de localização e aterramento dos pântanos. E, sobretudo, a fiscalização do porto. Isso porque, naquele contexto, as doenças ligadas aos *miasmas* tinham seu espaço.

Com a contratação do primeiro médico facultativo em 1838 que também desenvolvia suas atividades em Comissões de Socorro, desponta a figura do enfermeiro em sua equipe responsável por estes atendimentos que vão também se intensificar em 1856 com a epidemia de Cólera.

A presença, no caso, da figura do *ajudante de enfermeiro ou da enfermeira*, função que surge em tempos de Colônia e Império também é oficializada quando ocorre a criação da Santa Casa de Misericórdia em Fortaleza, no ano de 1860, recebendo este prático a metade dos vencimentos pagos ao enfermeiro.

Na maioria dos Expedientes de contrato, abono, pagamento e dispensa do Governo da Província, identifica-se o fato de que o enfermeiro do sexo masculino era o de maior procura e, por conseguinte, de reconhecimento e visibilidade pública no exercício de sua função recebendo também vencimentos e/ou gratificações superiores aos da enfermeira.

Em tempo de República Velha (1890-1930), os expedientes publicados nos jornais cearenses pelo então Governo do Estado na Administração do Tenente Coronel José Freire Bizerril Fontenelle como Presidente deste, vão confirmar cada vez mais não só a presença e, portanto, a necessidade do enfermeiro, enfermeira e seus ajudantes, bem como a exigência de registro e/ou emissão de título destes práticos para o exercício de suas funções.

Esse exercício vai ser *acreditado* via anos de experiência na função, atestado pelo médico e o registro na Inspetoria de Saúde dos Portos. Registros e atestados que passaram a ser solicitados para o exercício da função por algumas instituições e posteriormente por todas.

A título de ilustração, cita-se que, em 1930, um médico coloca um anúncio no jornal que comunica a necessidade de uma enfermeira ou *assistente diplomada* para acompanhá-lo no atendimento em sua clínica, bem como no interior do Estado. Vai surgindo, assim, a evidência da necessidade também de legalização por parte do profissional e, notadamente, da formação para exercê-la. No mesmo contexto, em 1932, surgiu o anúncio de que a Inspetoria de Saúde dos Portos do Ceará regularizaria títulos e diplomas dos práticos de Enfermagem perante esta Inspetoria de Saúde dos Portos e da Fiscalização do exercício da Medicina neste Estado.

Outro anúncio em jornal cearense que merece destaque refere-se ao ano de 1936, no qual o enfermeiro Heráclito Silva Thé publicita na imprensa cearense que possui registro na Inspetoria de Saúde dos Portos, além de carteira profissional aceita por indicação médica, e, assim, oferece à população serviços concernentes à sua profissão.

Discussões

No que concerne à Saúde Pública, no século XIX, o contexto era bastante complexo, marcado por muitas epidemias, visto que estava intrinsecamente relacionado a mudanças advindas dos processos sociais e ao crescimento da cidade, o que levava a diversas demandas, desde a necessidade de regulação do comércio, afastamento de matadouros, cemitérios e congêneres de concentração populacional, somando-se ainda ao processo de saneamento dos ambientes. Nesse panorama, houve a necessidade de fomentar estruturas, mesmo que provisórias, no formato de hospitais ou enfermarias, a fim de lidar com os cuidados aos sujeitos durante as epidemias e os surtos¹⁴.

As instituições de saúde criadas no século XIX, de cunho permanente ou emergencial, tinham prioritariamente caráter caritativo. Portanto, eram de diversos tipos e, por conseguinte, apresentavam distintas nomenclaturas, tais como: lazaretos, enfermarias militares, hospitais de campanha, asilos de alienados, hospedarias de imigrantes e Santas Casas de Misericórdia. Isso ocorria porque, naquele momento, contexto marcado por epidemias e ausências de políticas públicas, havia a necessidade de se ter espaços nos quais a população fosse assistida¹⁵.

Torna-se pertinente destacar que, num primeiro momento, as Casas de Misericórdia, genuinamente originadas em Portugal, surgem sob os auspícios religiosos, com o intuito de auxiliar os pobres. Entretanto à medida que as expedições além-mar vão se intensificando, foram ganhando outros contornos, prestando um serviço de assistência no campo da saúde¹⁶.

Somente três séculos depois, em meados de 1845, iniciam-se as discussões para a construção de um hospital de Caridade em Fortaleza, em decorrência da situação de parcela pobre da população, que sofria com as consequências da seca, dentre as quais a fome, a falta de habitação e as doenças. Assim sendo, iniciou-se a arrecadação de donativos para a construção deste hospital. No entanto, somente em 1854, uma equipe liderada pelo presidente da província, o Dr. Pires da Mota, começou a deliberar, de forma concreta, ações para a construção desta obra. A Santa Casa de Misericórdia, por sua vez, só foi criada mesmo em 1860, pela Lei 928, de 4 de agosto de 1860, tendo sido inaugurada no ano subsequente, mais especificamente em 14 de março de 1861, sob a administração de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves¹⁷.

As epidemias foram, também, motivo e fatores que contribuíram maciçamente para essa situação, uma vez que estavam entre as prioridades da agenda de saúde no Brasil em 1940, entre elas: a leishmaniose aparece no Rio de Janeiro¹⁸. Segundo Sanglard e Ferreira (2014), havia pessoas, no século XIX, que investiam seu capital social e financeiro na abertura de instituições voltadas para o atendimento da população indigente¹⁹.

Em contraponto, as iniciativas de educação profissional no país, durante o Império (1822 - 1889), ora partiam de associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora das esferas estatais das províncias legislativas do Império, de presidentes de províncias e de assembleias provinciais legislativas.

Entre as Escolas profissionais nessa época, destacam-se as Escolas de Medicina, as Faculdades de Medicina da Bahia (criada em fevereiro de 1808) e do Rio de Janeiro (criada em 5 novembro de 1808). Estas marcam os antecedentes específicos mediatos da profissionalização da área de Enfermagem, uma vez que o curso de parteiras (à época) era vinculado às Escolas Médicas, que, por sua vez, impeliram a anexação de maternidades às Santas Casas de Misericórdia^{20,21}.

Entender o contexto dos primeiros estabelecimentos de saúde brasileiros, particularizando para a realidade cearense, mostra-se pertinente para compreender o cenário no qual se processou o trabalho dos enfermeiros e das enfermeiras.

Dessa feita, os principais atores que ganharam ênfase nos cuidados aos sujeitos durante as epidemias e os surtos eram os enfermeiros, sob distintas denominações, enfermeiro prático, ajudante, enfermeiro militar, enfermeiro-mor, dentre outros, responsáveis por prestar assistência aos doentes²².

Quanto à qualificação para o exercício da Enfermagem, assim que o sujeito, homem ou mulher, fosse contratado para assistir a um paciente, passava a adquirir prática a partir das próprias situações de cuidado. E, por conseguinte, começava a delinear a sua reputação na Enfermagem. Sendo assim, a Escola para ser enfermeira/enfermeiro constituía-se na própria experiência que esse profissional adquiria a partir das atividades realizadas²³.

Havia, no entanto, aquela enfermeira/aquele enfermeiro que ficava mais voltado para ações no âmbito administrativo. Sendo assim, o cargo de enfermeiro-mor atribuía a responsabilidade pela assistência hospitalar. Sua atuação, voltada para a administração da assistência ao doente, é entendida como herança da organização hospitalar portuguesa, fruto de uma reestruturação que resultou na diminuição do poder dos prelados e no aumento do controle da Coroa, ou seja, um movimento de centralização hospitalar com administração leiga²⁴.

¹⁴ Mantovani, Rafael. *Os grandes marcos da saúde pública no Império e a vida cotidiana em São Paulo: 1820-1870*.

¹⁵ Oliveira, Andre L. Mendes de, Mario Sacomano Neto, & Julio C. Donadone. *O papel da Santa Casa no sistema público de saúde brasileiro: o levantamento histórico de uma instituição filantrópica*.

¹⁶ Franco, Renato Junio. *O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*.

¹⁷ Ferreira, Luciana de M. *A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza: acolhimento de enfermos e educação para a saúde pública (1861 - 1889)*.

¹⁸ Pestana, Bruno R., & Samuel B. Pessoa. *Leishmaniose tegumentar autóctone no município de São Paulo*.

¹⁹ Sanglard, Gisele, & Luiz O. Ferreira. *Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República*.

²⁰ Escorel, Sarah, & Luiz A. Teixeira. *História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista*.

²¹ Fontenelle, J. P. A. *Enfermagem de Saúde Pública: sua criação e desenvolvimento no Rio de Janeiro*.

²² Marques, Rita de C., & Anny J. T. Silveira. *O enfermeiro-mor nas Santas Casas da província de Minas Gerais: entre a administração e a assistência*.

²³ Santos Filho, Lycurgo de C. *História geral da medicina no Brasil*.

²⁴ Abreu, Laurinda. *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (sec. XVI-XVIII)*.

Por outro lado, em tempos mais recentes, Freitas, Oguisso e Ruiz (2016)²⁵ justificam a decisão da Enfermeira pelo administrar que remota na profissão há mais de um século, em especial, referem que a gênese e incorporação do saber administrativo na Enfermagem surgiu em registro a partir das obras *El arte de Enfermaría*, de autoria do enfermeiro espanhol José Bueno y González (escrita em 1833), e depois se encontra, nos escritos *Notas sobre a enfermagem*, de Florence Nightingale (escrita em 1859), visto que essas produções possibilitaram alicerçar as dimensões do saber administrativo em Enfermagem.

Sob essa perspectiva, em relação às distintas nomenclaturas utilizadas para denominar os profissionais de Enfermagem, encontradas nas notícias dos jornais, pode-se ponderar que a Enfermagem é marcada pela hierarquização, a qual foi-se conformando desde as proposições de Florence Nightingale (1820-1910), referência da Enfermagem Moderna. Inclusive no século XIX, Nightingale sistematizou o trabalho em duas figuras *Lady Nurse* e *Nurse*, o que, além de organizar uma divisão social, também tinha a função de organizar os estratos. Essa hierarquização persiste, sob outros formatos, até os dias atuais, sendo que, de modo frequente, atualmente as atividades administrativas ocupam o topo da Enfermagem, em contraposição a tarefas assistenciais destinadas às enfermeiras menos especializadas e aos demais integrantes da equipe, técnico e auxiliar, considerados subordinados²².

Ao se reportar para a realidade brasileira, a precursora da Enfermagem Moderna foi Anna Nery - sob os auspícios da necessidade de cuidar dos feridos na Guerra do Paraguai - que se sobressaiu por adotar medidas pertinentes no cuidado dos pacientes, dando inclusive nome para a primeira escola de Enfermagem no país. Nesse contexto do século XIX, ocupações relativas à Enfermagem ganharam distintas nomenclaturas, desde enfermeira e enfermeiro, ajudantes ou auxiliares de Enfermagem, somando-se ainda ao enfermeiro-militar e enfermeiro-mor²².

Como a própria denominação sugere, o termo enfermeiro militar referia-se aquele que trabalhava diretamente nas forças de segurança e estava envolvido com o cuidado daqueles que se feriam nos conflitos bélicos. Já o enfermeiro-mor tratava-se de termo utilizado para o profissional de Enfermagem responsável pela administração da assistência hospitalar, ou seja, a gestão da produção do cuidado em saúde aos pacientes. A utilização desta nomenclatura era bastante corriqueira nos estatutos de Santas Casas, no século XIX, como fruto de um processo de reestruturação na qual houve uma diminuição do poder da Igreja nessas instituições e intensificação do controle por parte da Coroa, o que gerou um movimento de administração laica²².

No início da República Velha (1890 - 1930) ocorre a promulgação da Constituição de 1891. De acordo com Cunha (1977), a Constituição determinou a separação entre Estado e Igreja de modo que a religião passou da esfera pública para a esfera privada²⁶. Nesse sentido, as atividades básicas realizadas pelo enfermeiro, no século XIX, período marcado pelas epidemias, versavam pela assistência direta ao paciente, variando desde a administração de medicamentos, as medidas de higiene, a realização de curativos, além de atividades relativas às condições sanitárias das instalações, às refeições, ao bem-estar, etc.²².

Ainda na segunda metade do século XIX, também começou a se destacar a figura do ajudante de enfermeira ou enfermeiro, posteriormente vai-se traduzir no atendente de enfermagem e mais concretamente a partir da implementação da Lei nº 775/49 no Auxiliar de Enfermagem em tempos de República Velha, categoria ainda existente no país, regulamentada inclusive pelo Conselho Federal de Enfermagem – COFEN²⁷.

A instituição da profissão de Auxiliar de Enfermagem fomentou, então, uma “nova ordem”, na realidade cearense, assim como em todo o país, na assistência aos sujeitos e, por conseguinte, no exercício das atividades laborais e no processo formativo, ao ressignificar seu objeto de atuação, sua identidade, seu reconhecimento social e seu poder instituído e instituinte no campo da saúde¹⁶. Nessa proposta de “nova ordem”, o processo formativo das Auxiliares de Enfermagem, se comparados com os das Enfermeiras, configurou-se bem mais curto, com um ensino mais elementar, trazendo noções nas diversas áreas de saúde, principalmente no âmbito hospitalar²⁸.

Até o Brasil império, a realização de atividades de Enfermagem estava muito relacionada com a aprendizagem na prática, ou seja, aqueles que se interessavam pela área aprendiam a partir da observação, do exemplo e da experiência daqueles que já exerciam atividades neste campo²². No entanto, na República Velha (1890-1930), inicia-se a exigência de formação, ou título para o exercício profissional. Alguns documentos atestam esse cenário. O Decreto nº 791 de 27 de setembro de 1890 se refere à criação da Escola de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital de Alienados (antigo Hospício de Pedro II), mais tarde designada Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; o Decreto nº 15.230 de 1921 se referindo à Escola de Aplicação de Saúde do Exército. Outro decreto se refere à Escola Nacional do Departamento de Saúde Pública que mais tarde é denominada de Escola de Enfermagem Ana Neri pelo Decreto nº 15.230 de 1921; outro decreto nº 15.799 de 10 novembro de 1922 destinado a enfermeiros diplomados e enfermeiras práticas²².

A exigência de oficialização da formação em Enfermagem para o exercício profissional encontra-se presente em decretos no início da Era Vargas (1930-1945). Nesse preâmbulo, o Decreto nº 2.377/31 que

regula a profissão de farmacêutico, parteira e enfermeiro é publicado no país em 8 de setembro de 1931, mas leva dois anos para chegar ao Ceará, pelo menos em matérias jornalísticas²⁹.

O papel do exercício prático das atividades relativas à Enfermagem, no contexto de assistência aos doentes, desempenha papel tão preponderante que o Decreto nº 23.074, de 22 de janeiro de 1934, reza que o aproveitamento, se selecionado aos enfermeiros de comprovada habilitação depois de longo conhecimento técnico profissional adquirido nos hospitais, casa de saúde ou enfermarias poderem sob afirmação em *atestado regular* fornecido pelo médico com quem trabalha provando ter mais de sete anos ininterruptos de Enfermagem, registrar-se como enfermeiro prático³⁰.

No que tange ao Ceará, o ensino de Enfermagem iniciou-se oficialmente apenas no ano de 1943, com a criação da EESVP, reconhecida apenas anos depois pelo Decreto-Lei nº 21.885, de 26 de setembro de 1946. Essa instituição de ensino, por sua vez, originou-se dos cursos de Emergência de Voluntários Socorristas e de Defesa Passiva Antiaérea, os quais eram ministrados no Patronato Nossa Senhora Auxiliadora, de agosto de 1942 a janeiro de 1943. A EESVP iniciou suas atividades, efetivamente, em 15 de março de 1943, configurando-se como o primeiro curso de Enfermagem implantado na região do nordeste brasileiro. Era administrado pelas Irmãs de Caridade, o que evidenciava os fortes vínculos entre a profissão e a religião^{2,3}.

Depreende-se, portanto, que as enfermeiras antes dessa época em solo cearense eram formadas em Escolas de Enfermagem de outras regiões brasileiras, ou então tinham essa formação prática, constituída a partir das experiências na assistência aos doentes e necessitados, o que fomentava, assim, um processo de formação assistemático, de caráter eminentemente prático.

Conclusão

Este estudo possibilitou reconstituir aspectos relacionados à atuação e à formação da Enfermagem, na realidade cearense, no interstício de 1865 a 1943, o que contribui para mitigar a lacuna existente em relação aos registros nesse período histórico.

A partir da análise das notícias veiculadas nos jornais, pode-se perceber que o profissional de Enfermagem, na realidade cearense, ganha destaque a partir da criação dos hospitais, mais especificamente daqueles de caráter beneficente, ou seja, as Santas Casas de Misericórdia. Interessante,

²⁶ Madel, Therezinha L. *Saúde e Instituições Médicas no Brasil*.

²⁷ Lopes, Roberlandia E., Silvia M. Nóbrega-Therrien, & Carlos R. de C. e Araújo. *Lei n. 775, de 1949, e as consequências para a formação da enfermeira cearense*.

²⁸ Lopes, Roberlandia E. *A legalização da "nova ordem" no ensino da enfermagem: quando os ventos sopraram a favor*.

²⁹ Decreto nº 2.377, de 21 de novembro de 1931. Regulamenta a profissão de farmacêutico, parteira e enfermeiro.

³⁰ Decreto nº 23.074, de 22 de janeiro de 1934. Dispõe sobre a habilitação de profissionais de Enfermagem.

ainda, ressaltar que, de início, a formação em Enfermagem ocorria de forma assistemática, apenas com o acompanhamento e a observação de como se dava a produção desse cuidado em saúde, sem que houvesse uma preocupação com a definição de currículo, ou de elementos pedagógicos para esse processo de profissionalização.

Sobremais, identifica-se, de início, a colocação da Enfermagem como uma categoria auxiliar à Medicina, tanto que havia a nomenclatura de *assistente/auxiliar* para se referir ao profissional de Enfermagem, assim como em casos nos quais a formação da enfermeira ou do enfermeiro tivesse ocorrido de forma prática, o médico era considerado apto a certificar essa habilitação ao exercício profissional.

No entanto, à medida que esse trabalhador da saúde foi-se tornando mais necessário, ou seja, ao passo em que o mercado de trabalho exigiu cada vez mais qualificação para o exercício laboral, houve a preocupação em ofertar cursos de formação no próprio estado, a fim de valorizar o próprio contexto cearense e, por conseguinte, suas demandas.

Desse modo, pode-se constatar que a fonte documental, mais especificamente, as matérias jornalísticas, partindo do foco desta investigação, demonstram-se como estratégia pertinente para, além de reconstituir a história da formação e da profissão na área da Enfermagem, trazer à tona outras percepções acerca de um tema em estudo.

SOBRE AS AUTORAS:

Silvia Maria Nobrega-Therrien

silnth@terra.com.br

Maria Irismar de Almeida

irismaruece@gmail.com

Roberlandia Evangelista Lopes Ávila

roberlandialopes@hotmail.com

Elane da Silva Barbosa

elanesilvabarbosa@hotmail.com

Carolina Nobrega Saboia Luz

carolinanobregasaboia@gmail.com

Adriana Nobrega da Silva

adri.nobrega@ufc.br

Área dos Editores (não preencher)
Artigo recebido em 26 de setembro de 2012
Aceito para publicação em 17 de novembro de 2012